

INTRODUÇÃO

Parte II

Ricardo Paes de Barros*

Miguel Nathan Foguel*

Gabriel Ulyssea*

Uma vez demonstrado o fato de a desigualdade de renda no Brasil ter começado a ceder de forma mais significativa no período recente, é preciso refletir sobre o significado e a importância desse fenômeno, bem como identificar seus principais determinantes. Esse é o objetivo desta *segunda parte* do livro, composta por três capítulos.

O capítulo 8 apresenta uma instigante crítica ao *Relatório Ipea (2006)*.¹ Muitas das questões levantadas nesse capítulo encontram respostas, ao menos parciais, em outros apresentados mais adiante e, portanto, ele motiva o leitor à leitura das partes que se seguem. No entanto, a principal questão tratada tanto pelo capítulo 8 quanto pelo 9, qual seja, a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda, não é analisada em profundidade neste livro, pois seria preciso dedicar toda uma obra exclusivamente a tal questão para que os detalhes nela envolvidos fossem devidamente considerados. Não obstante, a relação entre instabilidade macroeconômica e desigualdade, também levantada nesses capítulos, recebe atenção especial no capítulo 11, o qual abre a *terceira parte*.

Apesar da importância do crescimento econômico, o capítulo 10 demonstra que mesmo sem ele é possível combater efetivamente a pobreza por meio de reduções na desigualdade de renda. Com efeito, a experiência recente do País constitui uma importante evidência a esse respeito: em virtude da acentuada queda na desigualdade ocorrida entre 2001 e 2005, o Brasil conseguiu reduzir a pobreza numa velocidade quatro vezes maior que a necessária para alcançar a Primeira meta de desenvolvimento do milênio. A relevância dessa argumentação é duramente questionada nos capítulos 8 e 9, embora ambos reconheçam que, no último quadriênio, a acentuada redução

*Ricardo Paes de Barros é coordenador de Avaliação de Políticas Públicas do Ipea, Miguel Nathan Foguel e Gabriel Ulyssea são pesquisadores do Ipea.

¹Nota técnica intitulada *Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil*, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em agosto de 2006 e reeditada ao início deste volume.

na desigualdade desempenhou um papel importante na redução da pobreza, ainda que a continuidade de uma situação como essa seja insustentável na ausência de crescimento econômico e de aumento da produtividade. O capítulo 8 traz, ainda, questionamentos referentes tanto à mensuração da queda na desigualdade como aos fatores determinantes desse fenômeno. Em particular, no que se refere à mensuração levanta dúvidas a respeito da expressividade da queda e da fidedignidade das estimativas. Porém, conforme discutido na introdução da *primeira parte*, os quatro primeiros capítulos do livro mostram que a queda na desigualdade foi de fato acentuada, de magnitude elevada e não pode ser considerada apenas fruto de flutuações estatísticas ou de hipóteses particulares relativas à forma de mensuração (existência de economias de escala, por exemplo).

Já para um contraponto à idéia de que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) possui baixa capacidade de gerar medidas fidedignas da desigualdade de renda (o que é também sustentado pelo capítulo 9), recomenda-se a leitura do capítulo 7. Sobre a importância de se levar em consideração diferenças nas taxas de inflação percebidas por pobres e ricos, o leitor é encorajado a consultar o capítulo 5, que corrobora algumas das hipóteses levantadas no capítulo 8.

Quanto aos determinantes da queda na desigualdade, o capítulo 8 ressalta a importância de uma análise mais clara do papel das transferências. Esse é, precisamente, o objetivo dos nove capítulos que compõem a *quarta parte* do livro, embora os capítulos 9, 11 e 12 já dispensem algum tratamento a essa questão.

Os capítulos 8 e 9 também ressaltam o papel fundamental do mercado de trabalho. Em particular, a informalidade e a estrutura setorial da demanda são apresentadas como dois dos principais determinantes da desigualdade brasileira. Embora esses temas sejam tratados em detalhes na *sexta parte* (capítulos 28, 30 e 31), há uma lacuna no livro no que tange a estudos mais aprofundados sobre a relação entre desigualdade de renda, desemprego e participação no mercado de trabalho, questões essas brevemente apresentadas nos capítulos 12 e 13.

A análise da relação entre salário mínimo e distribuição de renda, tão enfatizada no capítulo 8, é, ao menos parcialmente, retomada pelos três capítulos integrantes da *sétima parte*. O papel do salário mínimo também é analisado nos capítulos 6 e 9. Por fim, o capítulo 8 também ressalta a importância da estrutura tributária para a desigualdade, tema esse que, embora seja dos mais relevantes, não é contemplado neste livro.